



Exmº Sr. Zenildo Nascimento Aragão
DD. Presidente da Câmara Municipal de Itaberaba

INDICAÇÃO

O vereador infrafirmado, com fundamento no art. 88, inciso III, do Regimento Interno desta Casa, vem encaminhar, através da Mesa Diretora da Câmara Municipal, **indicação ao Exm.º Sr. Prefeito Municipal de Itaberaba, João Filho, para que seja realizado estudo no sentido de encaminhar a esta Casa Legislativa Projeto de Lei “ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DO USO DO CINTO DE SEGURANÇA NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, pelas razões contidas na justificativa a seguir e conforme minuta em anexo.**

JUSTIFICATIVA

O art. 65 do Código de Trânsito Brasileiro determina o uso obrigatório do cinto de segurança, consistindo em infração grave a sua não observância (CTB, art. 167). O código, porém, não é explícito quanto à obrigatoriedade de o agente de trânsito fazer a abordagem direta do condutor do veículo quando da lavratura do auto de infração pelo não uso do cinto de segurança, questão esta a que se busca dar uma solução.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2015.

Vereador JOSÉ FRANCISCO ALMEIDA LEAL
“Zé Francisco”



MINUTA

PROJETO DE LEI Nº.....

“ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DO USO DO CINTO DE SEGURANÇA NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

No uso das atribuições que nos confere o Regimento Interno desta Casa de Leis, estamos submetendo à apreciação do Plenário o seguinte Projeto de Lei.

Art. 1º - É obrigatório o uso do cinto de segurança pelo condutor e passageiros de automóveis em todo o Município.

Parágrafo Único: Crianças com idade acima de 10 anos que estiverem no banco dianteiro também devem usar cinto de segurança.

Art. 2º - É proibido crianças menores de 10 anos viajarem no banco dianteiro, no Município.

Art. 3º - A multa para quem descumprir os arts. 1º e 2º desta lei será aplicada ao proprietário do veículo.

Art. 4º - A importância arrecadada com a cobrança das multas resultantes desta lei será aplicada na melhoria do sistema viário do Município.

Art. 5º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Trânsito do Estado, Polícia Militar, e órgãos afins, para aplicação, fiscalização e cobranças da multa prevista neste dispositivo legal.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2015.

Vereador **JOSÉ FRANCISCO ALMEIDA LEAL**
“Zé Francisco”